

EVASÃO E EFICIÊNCIA ACADÊMICA DE ESTUDANTES COTISTAS NO IFRO: UMA ANÁLISE AMPLIADA DE DADOS COM BASE NA METODOLOGIA ESTATÍSTICA DA PLATAFORMA NILO PEÇANHA

Recebido em: 30/04/2026

Aceito em: 02/09/2026

DOI: 10.25110/educere.v26i2.2026-12772



Maria Rosimére Salviano de Moura ¹
Nilson Rogério da Silva ²

RESUMO: A ausência de indicadores oficiais que permitam acompanhar o percurso acadêmico de estudantes cotistas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica compromete o monitoramento da Lei nº 12.711/2012. Diante desse problema, este estudo analisa a evasão e a eficiência acadêmica de estudantes cotistas e não cotistas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama, ingressantes em 2021. Trata-se de pesquisa documental, de abordagem quantitativa e caráter descritivo, que aplica a metodologia estatística da Plataforma Nilo Peçanha aos dados do sistema acadêmico institucional, referentes ao percurso dos estudantes desde o ingresso até a situação final no ciclo de matrícula encerrado em 2023. Os resultados revelaram menores taxas de conclusão (69,67% ante 81,61%) e maiores taxas de evasão (24,59% ante 17,82%) e de retenção (5,74% ante 0,57%) entre os cotistas, cujo Índice de Eficiência Acadêmica (73,91%) mostrou-se inferior ao dos não cotistas (82,08%). Conclui-se que a democratização do acesso não garante, isoladamente, a permanência estudantil, sendo necessária a articulação entre políticas de cotas, assistência estudantil e acompanhamento pedagógico para o enfrentamento das desigualdades estruturais.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Afirmativa; Educação Profissional e Tecnológica; Ensino Médio Integrado; Permanência Estudantil; Políticas Públicas Educacionais.

DROPOUT RATES AND ACADEMIC PERFORMANCE OF QUOTA STUDENTS AT IFRO: AN EXPANDED DATA ANALYSIS BASED ON THE STATISTICAL METHODOLOGY OF THE NILO PEÇANHA PLATFORM

ABSTRACT: The lack of official indicators for monitoring the academic trajectory of quota students in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education undermines the monitoring of Law No. 12,711/2012. In view of this problem, this study analyzes the dropout rates and academic efficiency of quota and non-quota

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: mariafridamoura@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9316-0710>

² Doutor em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Pós-doutor pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP. Professor Associado junto ao Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual Paulista - Unesp.

E-mail: nilson.silva@unesp.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8866-0964>

students in the technical courses integrated with high school at IFRO – Porto Velho Calama Campus, who enrolled in 2021. This is a documentary study, with a quantitative approach and a descriptive design, which applies the statistical methodology of the Nilo Peçanha Platform to data from the institutional academic system, covering students' trajectories from enrollment to their final status in the enrollment cycle completed in 2023. The results revealed lower completion rates (69.67% against 81.61%) and higher dropout (24.59% against 17.82%) and retention rates (5.74% against 0.57%) among quota students, whose Academic Efficiency Index (73.91%) was lower than that of non-quota students (82.08%). It is concluded that the democratization of access does not, on its own, guarantee student retention; coordination between quota policies, student assistance, and academic support is necessary to address structural inequalities.

KEYWORDS: Affirmative Action; Educational Public Policies; Integrated Secondary Education; Professional and Technological Education; Student Retention.

ABANDONO ESCOLAR Y RENDIMIENTO ACADÉMICO DE LOS ESTUDIANTES CON PLAZA RESERVADA EN EL IFRO: UN ANÁLISIS EXHAUSTIVO DE DATOS BASADO EN LA METODOLOGÍA ESTADÍSTICA DE LA PLATAFORMA NILO PEÇANHA

RESUMEN: La ausencia de indicadores oficiales que permitan acompañar la trayectoria académica de los estudiantes con cuota en la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica compromete el seguimiento de la Ley n.º 12.711/2012. Ante ese problema, este estudio analiza la deserción y el rendimiento académico de los estudiantes con y sin cuota de los cursos técnicos integrados a la enseñanza secundaria del IFRO – Campus Porto Velho Calama, que ingresaron en 2021. Se trata de una investigación documental, de enfoque cuantitativo y carácter descriptivo, que aplica la metodología estadística de la Plataforma Nilo Peçanha a los datos del sistema académico institucional, referentes al recorrido de los estudiantes desde su ingreso hasta su situación final en el ciclo de matrícula concluido en 2023. Los resultados revelaron menores tasas de finalización (69,67% frente a 81,61%) y mayores tasas de abandono (24,59% frente a 17,82%) y de retención (5,74% frente a 0,57%) entre los estudiantes con cuota, cuyo Índice de Eficiencia Académica (73,91%) resultó inferior al de los estudiantes sin cuota (82,08%). Se concluye que la democratización del acceso no garantiza, por sí sola, la permanencia de los estudiantes, siendo necesaria la articulación entre políticas de cuotas, asistencia estudiantil y acompañamiento pedagógico para hacer frente a las desigualdades estructurales.

PALABRAS CLAVE: Acción Afirmativa; Educación Profesional y Tecnológica; Enseñanza Media Integrada; Permanencia Estudiantil; Políticas Públicas Educativas.

1. INTRODUÇÃO

A política de reserva de vagas para ingresso nas instituições federais de ensino no Brasil consolidou-se com a promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas (Brasil, 2012). Fundamentada no princípio da ação afirmativa, a legislação instituiu critérios socioeconômicos e étnico-raciais para a

destinação de vagas, com o objetivo de ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior público. A partir desse marco legal, observou-se uma mudança significativa no perfil dos estudantes que acessaram as Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que até então de forma pontual, heterogênea e, em grande medida, desarticulada (Campos; Peixoto, 2025; Senkevics; Mello, 2025).

Com a promulgação da Lei nº 12.711/2012, a reserva de vagas passou a ser obrigatória em todas as instituições federais de ensino, estabelecendo-se o mínimo de 50% das vagas, por curso e turno, para estudantes oriundos de escolas públicas. Desse percentual, metade das vagas destina-se a estudantes de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, além da reserva proporcional para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, de acordo com a composição demográfica da unidade federativa onde se localiza a instituição, conforme dados do último censo do IBGE. As subcotas relacionadas aos estudantes com deficiência foram acrescidas posteriormente, a partir da publicação da Lei nº 13.409/2016 (Brasil, 2016b).

No ano de 2023 foi publicada uma revisão da Lei de Cotas, pela Lei nº 14.723/2023, com mudanças importantes na forma de implementação e acompanhamento (Brasil, 2023). Entre as principais alterações, houve a inclusão dos quilombolas entre os beneficiários; o ajuste da faixa de renda de um salário mínimo e meio *per capita* para um salário mínimo *per capita*; uma nova sistemática de classificação dos candidatos às cotas, na qual todos os cotistas passaram também a competir na ampla concorrência; o estabelecimento da prioridade dos cotistas no acesso aos programas de assistência estudantil; expansão da política de cotas para os cursos de pós-graduação; e a previsão de monitoramento e avaliação periódica da política.

Esse marco normativo representou um avanço significativo na institucionalização das ações afirmativas no país e constitui um importante objeto de análise quanto aos seus impactos no acesso e na permanência no ensino superior e nos cursos técnicos das instituições federais de ensino. A revisão da Lei, após dez anos de vigência, estava prevista no próprio texto legal; contudo, durante os anos de 2018 a 2022 não houve o monitoramento sistemático previsto, cabendo as iniciativas de avaliação a grupos de pesquisadores e instituições, de forma autônoma. Estes estudos revelaram avanços, mas também falta de integração sistêmica dos dados (Campos; Lima, 2025).

Uma dessas iniciativas de avaliação partiu de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), no ano de 2022, tendo como objeto a análise de dados de acesso, execução

e monitoramento da política de cotas, cujos dados produzidos subsidiaram essa revisão decenal prevista na Lei. O relatório da auditoria identificou fragilidades na execução, no monitoramento e na avaliação da política, não havendo dados consolidados das instituições federais de ensino que contemplassem indicadores de acesso, permanência e êxito dos estudantes cotistas (Brasil, 2022b). A falta de indicadores precisos sobre a situação acadêmica de estudantes pertencentes a grupos vulneráveis socioeconomicamente compromete a validação e defesa de políticas públicas fundamentais para a redução de desigualdades educacionais e sociais.

A insuficiência de indicadores específicos dificulta a identificação de fatores associados à evasão, à retenção e à conclusão dos cursos, comprometendo a formulação de estratégias institucionais mais eficazes de permanência e êxito. Tal cenário torna-se ainda mais preocupante quando se observa que os desafios relacionados à permanência estudantil se expressam de forma estrutural nos elevados índices de evasão escolar registrados na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPCT), o que reforça a necessidade de monitoramento contínuo.

As ações de enfrentamento à evasão escolar na Rede Federal EPCT foram objeto de auditoria operacional do TCU, que teve como objetivo avaliar o grau de eficiência de conclusão nos cursos ofertados pelas instituições de ensino integrantes, no período de 2017 a 2022, em relação às metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Brasil, 2024). O Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu na sua estratégia 11.11. que a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de EPCT deveria ser elevada gradualmente a noventa por cento até o fim de 2024 (Brasil, 2014). Os achados da auditoria do TCU, a partir de dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha (PNP)³, demonstraram que a “evasão na Rede Federal EPCT alcançou, em média, 41% nos cursos técnicos e 51% nos cursos de graduação” (Brasil, 2024, p. 3).

Outro dado de relevância apontado pelos achados da auditoria do TCU foi a falta de indicadores das taxas de evasão de estudantes por cor/raça e renda familiar per capita, bem como a inexistência de dados sobre estudantes com deficiência e quilombolas na PNP, dificultando a produção de estatísticas oficiais desses grupos, que são considerados os mais vulneráveis socioeconomicamente e público-alvo da Lei de Cotas. Após a

³ A PNP é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal EPCT e que reúne dados oficiais relativos aos cursos, matrículas, docentes, técnicos e dados financeiros para promover a transparência e subsidiar a gestão da Rede Federal.

auditoria do TCU foram adicionadas funcionalidades na PNP, que permitem mapear informações sobre o percentual de matrículas, ingressantes e concluintes por classificação racial, sexo, faixa etária e renda familiar per capita (Brasil, 2022a). No entanto, há um alto percentual de estudantes que não declararam essas informações, tornando os dados não representativos, bem como não sendo possível estabelecer a evasão e a eficiência acadêmica de acordo com essas variáveis. Ainda permanece a inexistência de indicadores sobre estudantes com deficiência e quilombolas, bem como não ocorreu a produção de qualquer indicador a partir da modalidade de ingresso dos estudantes.

Em contraponto à situação apresentada, a partir do ano de 2021, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) passou por um processo de sistematização da gestão acadêmica e administrativa, adotando o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), com funcionalidades integradas que possibilitam a informatização de todo processo formativo dos estudantes, desde o processo de seleção e matrícula até a situação final, gerando dados integrais sobre o percurso acadêmico dos estudantes. A disponibilização desses dados permite a produção de indicadores sobre a instituição e a avaliação de políticas públicas de forma integrada, que ainda não são apresentados pelas plataformas oficiais do Estado.

Conclui-se pela presença de lacunas na divulgação de dados oficiais acerca da eficiência acadêmica e da evasão de estudantes pertencentes a grupos socioeconomicamente vulneráveis e beneficiários de uma política pública de elevada relevância social, como a Lei de Cotas. Diante desse cenário, formula-se o seguinte problema de pesquisa: quais são os indicadores de evasão e de eficiência acadêmica dos estudantes cotistas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio da Rede Federal EPCT e em que medida esses indicadores se diferenciam daqueles apresentados pelos estudantes não cotistas? Para responder a essa questão, o estudo tem como objetivo analisar os indicadores de eficiência acadêmica e evasão escolar de estudantes cotistas e não cotistas dos cursos técnicos integrados ingressantes no ano de 2021 no IFRO – Campus Porto Velho Calama, utilizando a mesma metodologia adotada pela PNP para o cálculo dos indicadores estatísticos, de modo a ampliar as informações disponibilizadas pela plataforma e a subsidiar a avaliação da política de cotas nesse nível e modalidade de ensino.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de pesquisa documental, de abordagem quantitativa e caráter descritivo. Os dados foram obtidos junto ao banco de

dados acadêmico do IFRO, mediante solicitação formal amparada na Lei de Acesso à Informação, e abrangem os 296 estudantes ingressantes em 2021 nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Campus Porto Velho Calama, cujo ciclo de matrícula se encerrou em 2023, com aferição da situação final em 2024. Sobre esse conjunto, aplicou-se a modelagem de indicadores por ciclo da PNP para o cálculo das taxas de conclusão, evasão e retenção e do Índice de Eficiência Acadêmica, desagregados segundo a modalidade de ingresso (cotistas e não cotistas). Além desta introdução, o artigo apresenta a metodologia adotada, os resultados e a discussão dos indicadores obtidos e, por fim, as considerações finais.

2. METODOLOGIA

O IFRO é uma das instituições que compõem a Rede Federal EPCT, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, atuando por meio de cursos técnicos integrados, subsequentes e concomitantes ao ensino médio, além de cursos de graduação, especialização e mestrado. Para os fins desta pesquisa, serão apresentados e analisados dados relativos à evasão e à eficiência acadêmica de estudantes cotistas e não cotistas matriculados em cursos técnicos integrados ao ensino médio, ingressantes no ano de 2021, no Campus Porto Velho Calama. Essa delimitação decorre de fatores metodológicos e operacionais, tendo em vista que as matrículas no IFRO passaram a ser realizadas por meio de sistema informatizado apenas a partir de 2021. Tal condição possibilitou o acesso a dados sistematizados desde o ingresso dos estudantes, abrangendo informações sobre a modalidade de vaga ocupada, bem como registros referentes ao percurso acadêmico, tais como conclusão, evasão e retenção. Assim, a partir desse marco temporal, tornou-se viável a análise longitudinal e comparativa dos indicadores investigados.

A opção por restringir a análise às matrículas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio justifica-se, ainda, por critérios metodológicos. Os cursos de graduação, cuja duração média é de cinco anos, não puderam ser incluídos, uma vez que seu tempo de integralização não se adequa à metodologia de cálculo adotada pela PNP. No que se refere aos cursos técnicos subsequentes, estes foram excluídos devido aos elevados índices históricos de evasão, razão pela qual se considerou que a modalidade de ingresso não se configura como variável central para o estabelecimento de relações comparativas e inferências analíticas acerca dos indicadores de evasão e eficiência acadêmica.

Os indicadores apresentados neste estudo foram definidos a partir da metodologia da PNP para definição da modelagem dos indicadores por ciclo, na qual se avalia o percentual de estudantes que concluem um curso com êxito dentro do período previsto (mais um ano de tolerância⁴), evadem ou ficam retidos considerando um ciclo de matrícula finalizado. Desse modo, os cálculos estatísticos não se fundamentam em um único ano-base, mas em todo o período correspondente ao ciclo de formação dos estudantes analisados. De acordo com o Guia de Referência Metodológica da PNP (Brasil, 2021, p. 27):

Um ciclo de matrícula envolve a oferta de um curso com uma carga horária definida, com mesma data de início e mesma previsão de término, visando englobar um conjunto de matrículas de alunos para obtenção de uma mesma certificação ou diploma. A análise dos indicadores “por ciclo” será realizada considerando a situação de matrícula dos alunos com fim de ciclo previsto para o ano anterior ao de referência.

Ao final de cada ciclo de matrícula os estudantes poderão se encontrar em uma das três situações de matrícula: evadido – quando o vínculo com a instituição é perdido antes da finalização do curso; retido – quando o estudante permaneceu matriculado por período superior ao tempo previsto para a integralização do curso; e concluinte – estudante formado ou integralizado em fase escolar. (Brasil, 2021).

O indicador de Eficiência Acadêmica avalia a capacidade da Rede Federal EPCT, uma instituição ou curso, de atingir os resultados estabelecidos considerando o número de “estudantes certificados” ou “com potencial de certificação” em relação à quantidade total de matrículas, em um determinado ciclo de matrículas.

O indicador é composto por estudantes organizados em dois grupos distintos. O primeiro grupo é composto pelos estudantes que concluíram todas as unidades curriculares dentro do tempo previsto do curso, acrescido de um ano de tolerância. Esses estudantes são classificados como concluintes, podendo estar nas situações de formados ou integralizados em fase escolar. O segundo grupo é constituído por estudantes que, embora classificados como retidos no momento da aferição, ainda apresentam potencial de conclusão do curso.

Ainda, para o segundo grupo, aplica-se uma estimativa de provável conclusão

⁴ A PNP considera que tal entendimento mostrou-se necessário para que a metodologia dos cálculos seja preservada de eventos exógenos de fundo não acadêmico, tais como eventuais ajustes de calendários que possam fazer com que o ano letivo ultrapasse o calendário civil.

entre os estudantes retidos, baseada na proporcionalidade observada entre os índices de conclusão e de evasão do ciclo analisado. Essa projeção resulta do produto entre o número de estudantes retidos e a razão entre o número de concluintes e o total de estudantes com desfecho acadêmico definido, isto é, a soma de concluintes e evadidos, conforme a expressão a seguir:

$$\text{Grupo 2} = R_{\text{ciclo}} \times \left(\frac{C_{\text{ciclo}}}{C_{\text{ciclo}} + Ev_{\text{ciclo}}} \right)$$

O fator de ponderação aplicado ao total de estudantes retidos estima quantos deles possuem probabilidade de concluir o curso com êxito. Assim, parte dos estudantes retidos é incorporada ao cálculo da eficiência acadêmica, uma vez que, embora não figurem como concluintes, tampouco se encontram na condição de evasão e, portanto, mantêm potencial de certificação. Dessa forma, o Índice de Eficiência Acadêmica (IEA) utilizado pela PNP (Brasil, 2021) é expresso pela seguinte equação:

$$\text{IEA (\%)} = \frac{\left[C_{\text{ciclo}} + R_{\text{ciclo}} \times \left(\frac{C_{\text{ciclo}}}{C_{\text{ciclo}} + Ev_{\text{ciclo}}} \right) \right]}{M_{\text{ciclo}}} \times 100$$

Em que:

IEA (%) = Índice de Eficiência Acadêmica do ciclo, expresso em termos percentuais;

C_{ciclo} = número de estudantes concluintes no ciclo (formados ou integralizados em fase escolar);

Ev_{ciclo} = número de estudantes evadidos no ciclo;

R_{ciclo} = número de estudantes retidos no ciclo;

M_{ciclo} = total de matrículas consideradas no ciclo analisado.

O cálculo da Eficiência Acadêmica resulta da soma dos estudantes concluintes com a parcela estimada de estudantes retidos que possuem probabilidade de concluir o curso, dividida pelo total de matrículas do ciclo, sendo o resultado expresso em termos percentuais. Esse procedimento metodológico permite estimar de forma mais abrangente a capacidade institucional de promover a conclusão dos estudantes, incorporando ao indicador não apenas os resultados efetivamente consolidados no ano de referência, mas também o potencial de êxito dos estudantes que permanecem ainda vinculados à instituição.

No caso desta pesquisa foram considerados os estudantes dos cursos técnicos

integrados ao ensino médio do *campus* Calama, cursos com duração prevista para 3 anos, que tiveram 296 ingressantes no início de 2021, tendo, portanto, o “ciclo encerrado” no final de 2023. O método da PNP prevê que um ano após o término do ciclo iniciado em 2021, seja realizado o levantamento da situação de matrícula dos estudantes, neste caso em 2024. A fórmula foi aplicada para o estabelecimento dos indicadores totais, após os estudantes serem separados de acordo com a modalidade de ingresso, estabelecendo-se os indicadores por categoria (cotistas e não cotistas), que serão apresentados na seção a seguir.

Os dados utilizados neste estudo foram extraídos de banco de dados do IFRO e o acesso ao referido banco ocorreu mediante solicitação formal, com fundamento na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011).

Considerando que a pesquisa se baseia em dados de acesso público e não envolve a participação direta de seres humanos, o estudo encontra-se dispensado de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa. Tal dispensa está em conformidade com o disposto na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, cujo artigo 1º, parágrafo único, inciso II, estabelece que não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP as pesquisas que utilizem informações de acesso público (Brasil, 2016a). Dessa forma, a investigação observou os aspectos ético-legais vigentes, em conformidade com a legislação brasileira, assegurando o uso responsável de informações públicas e a não identificação individual dos sujeitos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A política de reserva de vagas estabeleceu um marco na democratização do ensino público federal, ao instituir critérios socioeconômicos e étnico-raciais para o ingresso nas instituições federais (Brasil, 2012). Contudo, a política de cotas não tem o objetivo de promover somente o acesso, é necessário garantir condições de permanência e sucesso acadêmico. A análise dos indicadores de evasão, retenção e conclusão dos estudantes cotistas e não cotistas permite documentar o percurso acadêmico destes, bem como avaliar a política de reserva de vagas. Os dados encontrados na pesquisa, conforme Tabela 1, revelaram diferenças relevantes entre cotistas e não cotistas quanto às taxas de conclusão, evasão, retenção e de eficiência acadêmica da instituição, indicando que os efeitos das desigualdades educacionais persistem ao longo da trajetória formativa e que a

democratização do acesso, promovida pela Lei nº 12.711/2012, não elimina automaticamente as diferenças no percurso formativo dos estudantes cotistas.

Tabela 1: Situação acadêmica por ciclo dos ingressantes no ano de 2021

Categoria	Conclusão Ciclo (%)	Evasão Ciclo (%)	Retenção Ciclo (%)	IEA*
Cotistas	69,67	24,59	5,74	73,91
Não cotistas	81,61	17,82	0,57	82,08
Total	76,69	20,61	2,70	78,82

Fonte: Elaboração própria a partir de banco de dados do IFRO.

Nota: *IEA = Índice de Eficiência Acadêmica.

Os estudantes cotistas apresentam menor percentual de concluintes nos cursos (69,67%) em comparação aos não cotistas (81,61%), além de maiores taxas de evasão (24,59%) e retenção (5,74%), ante taxas de evasão de 17,82% e de retenção de 0,57% entre os não cotistas. O IEA acompanha essa tendência, sendo inferior entre cotistas (73,91%) em relação aos não cotistas (82,08%).

Os dados aqui apresentados contrastam com resultados de pesquisas que, a partir de diferentes métricas de desempenho acadêmico no ensino superior, indicam uma tendência de convergência entre o desempenho de estudantes cotistas e não cotistas. Nesses estudos, observa-se que, embora possam existir discrepâncias iniciais, o desempenho dos estudantes cotistas tende a se aproximar ao longo da trajetória acadêmica.

No âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Tragtenberg, Borges e Boing (2025) identificaram que as curvas de notas dos estudantes cotistas se mantiveram inferiores às dos demais apenas no primeiro ano dos cursos, sendo posteriormente equiparadas ao final da graduação. De modo semelhante, em investigação realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Silva (2025) constatou que as diferenças de pontuação observadas no ingresso foram progressivamente reduzidas ao longo do curso, resultando em médias finais muito próximas entre cotistas e não cotistas.

Outro estudo com metodologia diferente, mas resultado similar, foi realizado por Karruz e Maia (2025), ao analisarem o desempenho de estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) a partir de diferentes indicadores, verificaram que, embora os estudantes da ampla concorrência apresentassem desempenho superior no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), essa vantagem não se mantinha de forma significativa ao longo da graduação. Ao considerar as notas semestrais, os autores

identificaram que o rendimento acadêmico de cotistas e não cotistas se mostrou semelhante na maioria dos cursos, reforçando a hipótese de convergência de desempenho entre os grupos no ensino superior.

Em relação à evasão dos cotistas e não cotistas, um estudo avaliou as taxas de evasão no primeiro e no segundo ano dos cursos de graduação presenciais das universidades federais, nos anos de 2010 a 2013, a partir de microdados do Censo da Educação Superior, os resultados revelaram que os estudantes cotistas apresentaram menores taxas de evasão ou igualmente próximas nos diferentes cursos (Klitzke; Heringer, 2025).

Não foram encontrados estudos recentes sobre evasão e desempenho dos estudantes cotistas nos cursos técnicos integrados dos Institutos Federais, indicando a necessidade de aprofundamento da temática, bem como da produção de estudos de avaliação de políticas públicas de forma integrada. Considerando as peculiaridades dos níveis de formação não é prudente fazer comparações imediatas entre os indicadores dos cursos superiores e dos cursos técnicos integrados. Dessa forma, os dados aqui apresentados devem ser analisados à luz da organização curricular desse nível e modalidade de formação. Tais cursos combinam formação geral e formação técnica em regime de tempo integral com elevada carga horária e forte exigência acadêmica, o que pode potencializar os efeitos das desigualdades socioeconômicas sobre a trajetória escolar, sendo necessária uma efetiva articulação entre política de acesso e estratégias institucionais de suporte acadêmico e socioeconômico.

Tais estratégias precisam considerar a necessidade de desenvolvimento das ações de assistência estudantil articuladas a ações de acompanhamento pedagógico, monitorias, programas de reforço acadêmico, integração curricular que considerem as trajetórias diferenciadas dos estudantes, bem como ações de acolhimento no primeiro ano dos cursos. Nesse sentido, a permanência deve ser compreendida de forma ampliada, envolvendo não apenas suporte financeiro, mas também ações de acolhimento institucional e pertencimento acadêmico, revisão de práticas pedagógicas e transformação das estruturas institucionais que ainda reproduzem desigualdades.

Heringer (2022) é anterior à Lei nº 14.723/2023. Sugere-se “Estudos publicados no contexto do debate sobre a revisão da Lei de Cotas (Heringer, 2022; Rosário, 2025) reforçam que a permanência se tornou o principal desafio da política, indicando que as diferenças de desempenho observadas entre cotistas e não cotistas tendem a estar

fortemente associadas às desigualdades acadêmicas acumuladas na educação básica e às condições materiais de vida. Destacam-se ainda as limitações financeiras, visto que dificultam o custeio de despesas básicas no processo formativo, como alimentação, transporte, moradia e aquisição de materiais didáticos, bem como é vivenciada uma maior exposição a vulnerabilidades sociais.

No entanto, falhas de convergência entre as ações de assistência estudantil e a política de cotas foram identificadas por auditorias do TCU (Brasil, 2022b; 2024), especificamente na auditoria sobre ações de enfrentamento à evasão na Rede Federal EPCT, ao se comparar a evolução das matrículas com a evolução dos recursos para a assistência estudantil no período de 2012 a 2022. No referido período foi identificado “que as matrículas tiveram um aumento de 105%, enquanto os recursos para a assistência estudantil aumentaram apenas 58%, com tendência de redução.” (Brasil, 2024, p. 6), o que denota um descompasso entre o aumento de matrículas e o investimento em condições que favorecem a permanência, precarizando as condições de desenvolvimento da política de cotas.

A permanência dos estudantes cotistas também envolve desafios relacionados à experiência acadêmica e social no ambiente de formação. Após a análise de uma série de estudos que apresentam um panorama abrangente sobre os impactos da Lei de Cotas na democratização do acesso ao ensino superior brasileiro, Heringer e Carreira (2022, p. 523) sugerem a necessidade de se ampliar a noção de permanência:

[...] tais estudantes demandam bolsas e auxílios financeiros, mas demandam também acolhimento, respeito, escuta ativa, simplificação de procedimentos burocráticos excludentes, informação ampla sobre oportunidades acadêmicas, mudanças curriculares, acesso a cursos de línguas estrangeiras, acessibilidade ampla e integral, diálogo com diferentes instâncias da universidade.

Tal proposição também pode ser considerada no contexto da Rede Federal EPCT, tendo em vista a sua premissa fundadora de promover formação integral, inclusão social e desenvolvimento regional, os indicadores diferenciais entre cotistas e não cotistas tensionam o princípio da justiça social que fundamenta a própria Rede Federal.

Outro aspecto relevante à compreensão da política de ação afirmativa como estratégia redistributiva e também simbólica, refere à forma como a ampliação do acesso pode reconfigurar o espaço institucional, tensionando currículos, práticas pedagógicas e culturas acadêmicas historicamente excludentes (Heringer, 2022). Assim, as diferenças observadas nos indicadores de eficiência acadêmica podem retratar não apenas

desigualdades individuais dos estudantes, mas também a necessidade de transformação institucional mais profunda para acolher perfis estudantis diversificados.

O perfil socioeconômico dos cotistas (Senkevics; Mello, 2019) pode ajudar a compreender essas diferenças nos indicadores não como falhas individuais, mas como reflexo de desigualdades estruturais que exigem respostas institucionais sistêmicas, as quais precisam ser enfrentadas. Destaca-se que os resultados não fragilizam a política de ações afirmativas, ao contrário, evidenciam a necessidade de seu aprofundamento/aperfeiçoamento para enfrentamento das desigualdades históricas no sistema educacional brasileiro. Assim, a política deve ser continuamente aprimorada e fortalecida como parte de um projeto mais amplo de justiça social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de indicadores específicos sobre evasão e eficiência acadêmica de estudantes beneficiários da política de cotas na Rede Federal EPCT compromete o monitoramento, a avaliação e o fortalecimento dessa importante política pública. Este estudo buscou contribuir para o enfrentamento desta lacuna produzindo indicadores de evasão escolar e eficiência acadêmica de estudantes cotistas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRO – *Campus Calama*, utilizando a mesma metodologia estatística adotada pela PNP, de modo a ampliar a produção de dados institucionais sobre a temática.

Os achados da pesquisa demonstraram que embora a política de reserva de vagas tenha ampliado o acesso ao ensino público federal, a democratização do ingresso não garante, por si só, a permanência e o sucesso acadêmico, especialmente em cursos técnicos integrados, observa-se que a caracterização desses cursos com elevada carga horária, exigência acadêmica intensa e permanência em tempo integral exige a produção de estratégias educacionais específicas para o fortalecimento das condições de permanência e êxito dos estudantes cotistas.

O apontado investimento financeiro inferior ao crescimento de matrículas na Rede Federal EPCT resulta em um panorama de manutenção de desigualdades sociais que perpassam os diferentes níveis de ensino, dificultando a adoção de medidas de enfrentamento da evasão e aumento da eficiência acadêmica pelas instituições de ensino. A articulação de políticas afirmativas com políticas assistenciais e de suporte acadêmico frente às singularidades apresentadas pelo público cotista torna-se essencial.

As discussões desenvolvidas ao longo do trabalho permitiram compreender que as diferenças de desempenho acadêmico entre os estudantes cotistas e não cotistas não devem ser interpretadas como falhas individuais que implicam na insuficiência da política de cotas, mas como expressão das desigualdades estruturais historicamente acumuladas no sistema educacional brasileiro. As condições materiais de vida, as defasagens formativas da educação básica, a insuficiência da assistência estudantil e de políticas institucionais articuladas de acolhimento e acompanhamento pedagógico constituem fatores centrais para a permanência e êxito estudantil.

A principal contribuição deste estudo para o campo educacional reside na produção de evidências empíricas sobre a trajetória acadêmica de estudantes cotistas na Rede Federal EPCT, área ainda marcada pela escassez de pesquisas específicas, especialmente no âmbito dos cursos técnicos integrados dos Institutos Federais. Ao utilizar a metodologia oficial da PNP aplicada a dados institucionais mais detalhados, o trabalho amplia a capacidade analítica sobre a política de cotas e oferece subsídios para o planejamento institucional e para o aperfeiçoamento das ações de permanência e êxito estudantil. Além disso, reforça a necessidade de integração entre política de acesso, assistência estudantil e estratégias pedagógicas de acompanhamento acadêmico.

Como limitações da pesquisa, aponta-se o recorte temporal e geográfico restrito a um único *campus* e a um ciclo específico (2021-2023), o que impede a generalização dos dados para toda a Rede Federal EPCT. Além disso, o estudo concentrou-se em indicadores quantitativos de fluxo acadêmico, não incorporando dimensões qualitativas da permanência estudantil, como experiências subjetivas de pertencimento, discriminação, dificuldades psicossociais e relações institucionais. Tais aspectos são fundamentais para uma compreensão mais abrangente da temática.

Diante de tais fatores, recomenda-se como sugestão para pesquisas futuras a ampliação da análise com a inclusão de dados de diferentes campi e instituições da Rede Federal EPCT e de séries históricas mais extensas, bem como o desenvolvimento de estudos qualitativos que permitam compreender as experiências concretas dos estudantes cotistas ao longo de sua trajetória formativa. Também se mostra relevante investigar a articulação entre programas de assistência estudantil e indicadores de permanência, de modo a avaliar os efeitos da interseção de tais políticas e subsidiar dados para o desenvolvimento de ações institucionais mais eficazes e socialmente comprometidas com a redução das desigualdades educacionais.

Por fim, reforça-se que a efetividade da política de cotas não pode ser medida apenas pelo acesso de estudantes historicamente excluídos, sendo crucial o fortalecimento das condições concretas de permanência e êxito. Nesse sentido, a Rede Federal EPCT deve reafirmar o seu papel social como promotora de justiça social e de democratização do direito à educação, acolhendo a diversidade constituinte do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016a.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016b.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia de referência metodológica:** Plataforma Nilo Peçanha – ano-base 2020. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2021. Disponível em: <https://dadosabertos.mec.gov.br/pnp/item/119-2019-guia-de-referencia-metodologica>. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**: ano-base 2022a. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 2 fev. 2026.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 2.376/2022b** – Plenário. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues. Brasília, DF: TCU, 26 out. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2548863>. Acesso em: 2 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 986/2024** – Plenário. Relator: Ministro Antônio Anastasia. Brasília, DF: TCU, 22 maio 2024. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2641961>. Acesso em: 2 mar. 2026.

CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia. Um panorama das cotas no ensino superior. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (org.). **O impacto das cotas**: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 19-45.

CAMPOS, Luiz Augusto; PEIXOTO, Filipe de Oliveira. A diversificação racial e econômica do ensino superior público. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (org.). **O impacto das cotas**: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 129-133.

HERINGER, Rosana. Permanência estudantil no ensino superior público brasileiro: reflexões a partir de dez anos de pesquisas. **Cadernos de Estudos Sociais**, [S. l.], v. 37, n. 2, 2022. DOI: 10.33148/CES(2143). Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/2143>. Acesso em: 8 mar. 2026.

HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise (org.). **10 anos da Lei de Cotas**: conquistas e perspectivas. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, 2022. E-book. Disponível em: https://pesquisaleidecotas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro_Lei_de_Cotas.pdf. Acesso em: 8 mar. 2026.

KARRUZ, Ana Paula; MAIA, Flora de Paula. O desempenho dos cotistas na UFMG. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (org.). **O impacto das cotas**: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 203-207.

KLITZKE, Melina; HERINGER, Rosana. Evasão dos cotistas e não cotistas nas universidades federais. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (org.). **O impacto das cotas**: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 191-195.

ROSÁRIO, Luiz Gustavo Borges do. Ações afirmativas e relações raciais no ensino superior: acesso, permanência e experiências. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 912-926, 2025. DOI: 10.63595/de.v13i1.18951. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/18951>. Acesso em: 8 mar. 2026.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas? **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 49, n. 172, p. 184-208, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KSvkm3DG3pPZYvpXxQc6PFh/?lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2026.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. A diversificação racial e econômica das universidades federais. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (org.). **O impacto das cotas**: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 135-139.

SILVA, Caio Vinicius dos Santos. O desempenho dos cotistas na UFBA. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (org.). **O impacto das cotas**: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 197-202.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano; BORGES, Marcelo Eduardo; BOING, Antônio Fernando. O desempenho dos cotistas da UFSC. In: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (org.). **O impacto das cotas**: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 209-212.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados que sustentam os resultados deste estudo foram obtidos junto ao banco de dados acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), mediante solicitação formal fundamentada na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Por envolverem registros administrativos de estudantes, os dados foram tratados de forma agregada e anonimizada, não permitindo a identificação individual dos sujeitos. O conjunto de dados agregados que fundamenta as análises apresentadas pode ser disponibilizado pelos autores mediante solicitação justificada. Os dados públicos da Plataforma Nilo Peçanha, utilizados como referência metodológica, estão disponíveis em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>.

FINANCIAMENTO

A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências de fomento públicas, comerciais ou sem fins lucrativos, tendo contado com o apoio institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse, de natureza financeira, institucional ou pessoal, que possam ter influenciado a condução da pesquisa ou a redação deste manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA (TAXONOMIA CRediT)

Maria Rosimere Salviano de Moura: Conceituação; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Metodologia; Visualização; Escrita – primeira redação.

Nilson Rogério da Silva: Escrita – revisão e edição; Supervisão; Validação.